



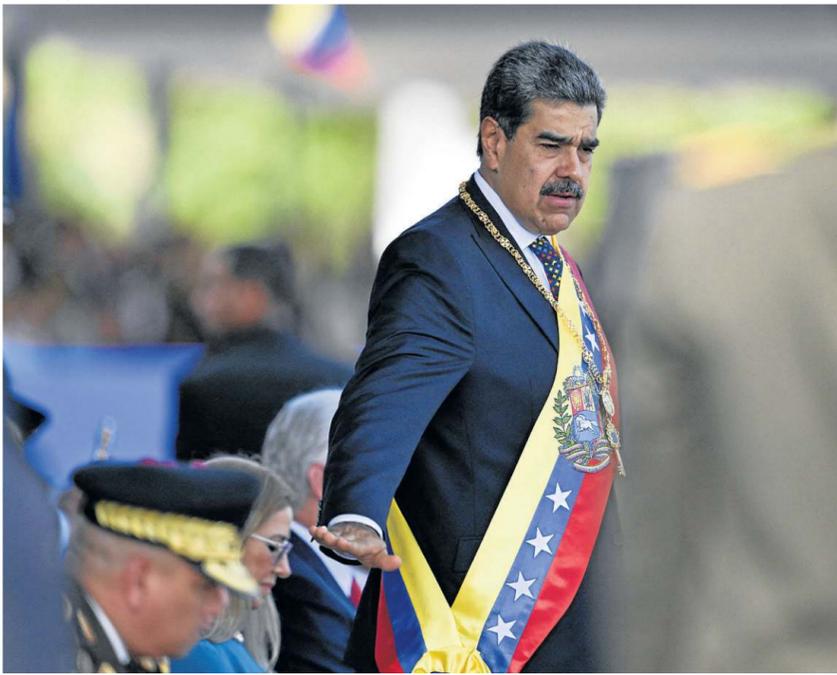
## DIPLOMACIA

# Itamaraty condena prisões e ameaças

Um dia após a posse de Maduro para um terceiro mandato, o Ministério das Relações Exteriores emite nota em que volta a cobrar do regime da Venezuela a busca pelo diálogo e o respeito aos direitos humanos

» RAPHAEL PATI

Juan Barreto/AFP



Maduro fechou a fronteira com o Brasil nesta sexta: casos emergenciais são atendidos pela embaixada

Um dia após Nicolás Maduro tomar posse para o terceiro mandato à frente do Palácio de Miraflores, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) condenou as atitudes do governo da Venezuela contra membros de outros partidos. “O governo brasileiro acompanha com grande preocupação as denúncias de violações de direitos humanos a opositores do governo na Venezuela, em especial após o processo eleitoral realizado em julho passado”, diz nota divulgada pelo Itamaraty.

Apesar de ter assumido o governo venezuelano para um novo mandato de seis anos, Maduro inicia a nova gestão pressionado por uma série de outros países, tanto na América Latina quanto no resto do mundo. O governo do sucessor de Hugo Chávez vem recebendo acusações sobre ter fraudado o processo eleitoral contra o opositor Edmundo González no Conselho Nacional Eleitoral (CNE) — órgão que coordena as eleições no país. Após a posse, o governo dos EUA prometeu pagar US\$ 25 milhões (cerca de R\$ 152 milhões) pela captura do líder venezuelano.

No dia em que tomou posse para um novo mandato, o presidente decidiu fechar as fronteiras do país com a Colômbia e o Brasil. O Itamaraty confirmou o fechamento das fronteiras e aconselhou que “em caso de emergência, cidadãos brasileiros poderão acionar os planos consulares da Embaixada do Brasil em Caracas”. Ao **Correio**, o Itamaraty reforçou que o atendimento para casos

emergenciais envolvendo brasileiros está sendo realizado pelos telefones da Embaixada.

Na nota desta sábado, o MRE subiu o tom contra o regime de Maduro e escreveu que “deplora os recentes episódios de prisões, de ameaças e de perseguição a opositores políticos”, apesar de ter reconhecido que houve “gestos de distensão” do governo venezuelano, como a liberação de 1,5 mil presos nos últimos meses e a reabertura do Escritório do Alto Comissário de Direitos Humanos das Nações

Unidas na capital do país.

O Itamaraty indica ainda que, para manter a vigência de um regime democrático, é fundamental garantir direitos elementares a líderes da oposição a “manifestar-se pacificamente com liberdade e com garantias à sua integridade física”. “O Brasil exorta, ainda, as forças políticas venezuelanas ao diálogo e à busca de entendimento mútuo, com base no respeito pleno aos direitos humanos com vistas a dirimir as controvérsias internas”, completa.

### Relação tensa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um aliado histórico de Nicolás Maduro e do regime chavista na Venezuela. No entanto, desde o processo eleitoral do ano passado, a relação entre os dois foi marcada por diversos atritos, como uma postagem em novembro do ano passado em que o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, afirmou que “quem se mete com a Venezuela, se dá mal”.

Para o cientista político e



**Lula dá mais um passo em direção a um isolamento político da Venezuela, mas ainda não chegou o momento, tanto que o governo brasileiro mandou representante para o evento de posse”**

**Carlo Eduardo Novato,**  
cientista político

### Repercussão

Na avaliação do cientista político Carlo Eduardo Novato, o governo Lula deve manter um tom de pragmatismo com relação ao caso da Venezuela. “Com o último gesto, Lula dá mais um passo em direção a um isolamento político da Venezuela, mas ainda não chegou o momento, tanto que o governo brasileiro mandou representante para o evento de posse. Vale destacar que a experiência do governo brasileiro de reconhecer Juan Guaidó como presidente interino no passado mostrou-se um passo maior que a perna, que não alcançou respaldo em outras iniciativas por parte do Brasil”, analisa.

Lula permitiu o comparecimento da embaixadora brasileira em Caracas, Gilvânia Maria de Oliveira, ao evento de posse de Maduro, representando o governo federal. O PT enviou quatro representantes à cerimônia, enquanto que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) foi representado por cinco integrantes.

Apesar de ainda haver um alinhamento nítido entre o PT e o regime chavista, Lula prefere manter um tom pragmático, em conformidade aos conselhos do próprio Itamaraty. “A postura do Lula, como Presidente, foi de seguir a orientação dos órgãos de assessoramento do governo. Nesse sentido, é simplista achar que houve “mudança de postura”. Por outro lado, antes de o Itamaraty orientar certo distanciamento, o Lula mantinha o que o PT entende sobre o regime Maduro”, avalia o sócio da Fatto Inteligência Política Rafael Favetti.

**Leia mais sobre a situação da Venezuela na página 9**

### NAS ENTRELINHAS



**Por Luiz Carlos Azedo**  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Trump e a volta do “imperialismo yankee”

Por definição, o imperialismo ocorre quando uma nação promove uma expansão territorial, econômica e/ou cultural sobre outra nação pela força. A colonização da África, da Ásia e da Oceania, que se iniciou na segunda metade do século 19, representou o auge do imperialismo. Em termos atuais, pode ser empregada no caso da invasão da Ucrânia pela Rússia, por exemplo. Segundo o historiador Eric Hobsbawm, essa forma de neocolonialismo representou a ocupação de 25% das terras do planeta.

O revolucionário russo Vladimir Lênin, que liderou a Revolução de 1917 e fundou a antiga União Soviética, porém, associava o imperialismo ao estágio monopolista do capitalismo. “Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de

alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais e, por outro, a partilha do mundo é a transição de uma política colonial que se estendeu sem obstáculos às regiões não apropriadas por nenhuma potência capitalista para uma política colonial de posse monopolista dos territórios da Terra, já inteiramente repartida.”

Como fim da antiga União Soviética, que havia se transformado de uma força anticolonialista, sobretudo na Ásia e na África, numa potência imperialista na Europa Oriental, essa visão perdeu relevância. Com o fim do colonialismo, a integração das diversas regiões do globo por meio do desenvolvimento dos transportes e das comunicações ultrapassou os modelos nacional-desenvolvimentistas que nela se

baseavam, sobretudo a partir de a China adotar o capitalismo de Estado e emergir como nova potência econômica mundial.

A globalização “liquefez” a sociedade industrial e elevou a modernização a um novo patamar, com impacto direto no modo de todas as pessoas. Forçou os governos a adotarem políticas de integração à economia mundial para não apenas arcar com as suas consequências mais danosas. No Brasil, a globalização intensificou-se a partir da segunda metade do século 20, com a maior inserção do país no mercado econômico global, sobretudo a partir do governo Collor de Mello, em 1990. A tentativa de retomar um projeto nacional-desenvolvimentista, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, resultou no colapso

econômico que a levou ao impeachment, em 2016.

Entretanto, a integração das cadeias produtivas globais e o multilateralismo, que pareciam pautar a globalização, sobretudo a partir da formação da União Europeia, passaram a ser fortemente questionados pelos Estados Unidos, a partir da emergência da China como segunda economia mundial. Quem controlará o comércio global, cujo eixo se deslocou do Atlântico para o Pacífico? Esse tipo de disputa entre o Reino Unido e a Alemanha, uma potência marítima e outra continental, foi uma das causas de duas guerras mundiais no século passado.

### Era Trump

O velho “imperialismo yankee” parece estar de volta. No seu primeiro mandato, o presidente Donald Trump deu um cavalo de pau na política externa norte-americana em relação à China e ao multilateralismo, estratégia que foi mantida pelo democrata Joe Biden, que deu sequência à reorganização das suas cadeias de produção. Agora, às vésperas

de tomar posse, Trump choca o mundo com uma visão geopolítica que vai muito além da “guerra comercial” com a China. Seu *America First* promove políticas que priorizam a soberania dos EUA e a redução de sua dependência em termos de comércio e manufatura. A Otan, a ONU e a OMS são estorvos econômicos e políticos. Tratados comerciais como antigos aliados, como a Nafta, também.

A rivalidade com a China tende a desaguar numa nova corrida armamentista. Trump tudo fará para conter o crescimento da influência tecnológica e econômica chinesa, sobretudo na infraestrutura e nas comunicações. Em contrapartida, tende a se aproximar de líderes autocráticos como Vladimir Putin (Rússia), Kim Jong-un (Coreia do Norte) e Mohammed bin Salman (Arábia Saudita).

Antes mesmo de tomar posse, estressou as relações com a Otan, com declarações sobre a anexação do Canadá e a compra da Groenlândia, ao mesmo tempo em que pressionou os demais países a aumentarem seus gastos com defesa. Trump

pretende apoiar a anexação dos territórios palestinos por Benjamin Netanyahu e forçar uma aproximação de seus aliados árabes com Israel. Ao mesmo tempo, tende a largar de mão o Afeganistão e a Síria.

Sua política em relação à América Latina pode provocar nova crise humanitária, sobretudo no México, com o fechamento da fronteira e a expulsão em massa de imigrantes. As sanções econômicas e políticas contra os regimes da Venezuela, Nicarágua e Cuba serão ampliadas e a ameaça de retomada à força do Canal do Panamá se insere no contexto da disputa pelo controle do comércio do Atlântico com o Pacífico com a China.

A política energética de Trump é uma ameaça ambiental ao planeta, com a exploração doméstica de petróleo e gás por meio da fraturação hidráulica. Os EUA vão se retirar novamente do Acordo de Paris sobre o clima. Tudo isso está associado a um novo complexo tecnológico nas áreas de infraestrutura, comunicações, militar e espacial, num novo ciclo histórico, não apenas conjuntural.